

Condições Gerais

Generali Condomínio



Generali – Companhia de Seguros S.A.

Sede: Rua Duque de Palmela, n.º 11 | 1269-270 Lisboa

Tel.: 213 112 800 | **Fax:** 213 563 067 | **Email:** generali@generali.pt | www.generali.pt

Capital Social Euros: 73.000.000,00 | **N.I. Fiscal:** 513 300 260

Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa

Linha de Apoio ao Cliente: 213 504 300 | Disponível de 2.ª a 6.ª das 9h00 às 18h00

Entre as 18h00 e as 9h00 estão ativos serviços de Assistência em Viagem e Assistência ao Lar.

Todas as opções do menu telefónico contemplam um atendimento personalizado.

generali.pt

Mod. IM 20/02 A (03/2018)



Índice

5. Condições Gerais

5. Cláusula Preliminar

5. Capítulo I Definições, Objecto e Garantias do Contrato

- 5. Cláusula 1.^a – Definições
- 7. Cláusula 2.^a – Enumeração das Coberturas Gerais
- 8. Cláusula 3.^a – Objeto e Garantias do Contrato
- 8. Cláusula 4.^a – Exclusões Gerais
- 9. Cláusula 5.^a – Coberturas Complementares
- 16. Cláusula 6.^a – Coberturas Facultativas do Contrato
- 16. Cláusula 7.^a – Âmbito Territorial

16. Capítulo II

16. Declaração do Risco, Inicial e Superveniente

- 16. Cláusula 8.^a – Dever de Declaração Inicial do Risco
- 17. Cláusula 9.^a – Incumprimento Doloso do Dever de Declaração Inicial do Risco
- 17. Cláusula 10.^a – Incumprimento Negligente do Dever de Declaração Inicial do Risco
- 17. Cláusula 11.^a – Agravamento do Risco
- 18. Cláusula 12.^a – Sinistro e Agravamento do Risco

18. Capítulo III Pagamento e Alteração dos Prémios

- 18. Cláusula 13.^a – Vencimento
- 18. Cláusula 14.^a – Cobertura
- 18. Cláusula 15.^a – Aviso de Pagamento
- 19. Cláusula 16.^a – Falta de Pagamento dos Prémios
- 19. Cláusula 17.^a – Pagamento, por Terceiro Interessado, de Prémio já Vencido
- 19. Cláusula 18.^a – Alteração do Prémio
- 19. Cláusula 19.^a – Fraccionamento dos Prémios

20. Capítulo IV Início de Efeitos, Duração e Vicissitudes do Contrato

- 20. Cláusula 20.^a – Início da Garantia e de Efeitos
- 20. Cláusula 21.^a – Duração
- 20. Cláusula 22.^a – Cessaçã do Seguro
- 21. Cláusula 23.^a – Redução do Contrato de Seguro
- 21. Cláusula 24.^a – Eficácia em Relação a Terceiros
- 21. Cláusula 25.^a – Transmissão da Propriedade do Bem Seguro, ou do Interesse Seguro

22. Capítulo V Prestação Principal do Segurador

- 22. Cláusula 26.^a – Capital Seguro
- 22. Cláusula 27.^a – Actualização Indexada de Capitais

- 23. Cláusula 28.^a – Insuficiência ou Excesso de Capital

- 23. Cláusula 29.^a – Pluralidade de Seguros

24. Capítulo VI Obrigações e Direitos das Partes

- 24. Cláusula 30.^a – Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado
- 25. Cláusula 31.^a – Obrigação de reembolso pelo Segurador das despesas havidas com o Afastamento e Mitigação do Sinistro
- 25. Cláusula 32.^a – Inspeção do Local de Risco
- 25. Cláusula 33.^a – Obrigações do Segurador

26. Capítulo VII Processamento da Indemnização ou da Reparação ou Reconstrução

- 26. Cláusula 34.^a – Determinação do Valor da Indemnização ou da Reparação ou Reconstrução
- 26. Cláusula 35.^a – Ónus da Prova
- 26. Cláusula 36.^a – Forma de Pagamento da Indemnização
- 26. Cláusula 37.^a – Redução Automática do Capital Seguro
- 26. Cláusula 38.^a – Pagamento de Indemnizações a Titulares de Privilégios Creditórios ou de Outros Direitos sobre os Bens Objectos do Seguro, Ressalvados no Contrato
- 27. Cláusula 39.^a – Franquias e outros Limites da Prestação do Segurador

27. Capítulo VIII Disposições Diversas

- 27. Cláusula 40.^a – Intervenção de Mediador de Seguros
- 27. Cláusula 41.^a – Comunicações e Notificações entre as Partes
- 28. Cláusula 42.^a – Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem
- 28. Cláusula 43.^a – Sub-Rogação
- 28. Cláusula 44.^a – Regime de Coseguro
- 28. Cláusula 45.^a – Foro

CONDIÇÕES FACULTATIVAS

29. Condição Facultativa 01 Danos por Água

30. Condição Facultativa 02 Quebra Acidental de Vidros, Mármore e Objectos de Vidro

31. Condição Facultativa 03 Perda de Rendas

31. Condição Facultativa 04 Acidentes Pessoais

33. Condição Facultativa 05 Fenómenos Sísmicos

33. Condição Facultativa 06 Danos Eléctricos

34. Condição Facultativa 07 Avaria de Máquinas

36. Condições Particulares

- 37. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 01** – Danos por Água
- 37. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 02** – Quebra Acidental de Vidros, Mármore e objetos de Vidro
- 38. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 03** – Perda de Rendas
- 38. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 04** – Acidentes Pessoais
- 38. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 05** – Fenómenos Sísmicos
- 38. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 06** – Danos Eléctricos
- 39. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 07** – Avaria de Máquinas
- 39. Limites de Indemnização Garantidos pela Condição Facultativa 08** – Assistência ao Condomínio Telefone a Contactar para Obter o Serviço de Assistência 213 860 035

Condições Gerais

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **GENERALI – Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Segurador e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas Condições Gerais e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Facultativas;
2. Nas Condições Particulares devem constar entre outros: a identificação das partes e do respectivo domicílio, os dados do Segurador e ou os dados do representante do Segurador para efeitos dos sinistros e o prémio;
3. Relativamente ao edifício/imóvel seguro, fracção deste ou conjunto de fracções autónomas e respectivas partes comuns, o Segurado seguro deve precisar:
 - A. O tipo, o material de construção e o estado em que se encontra, assim como a localização e o respectivo nome ou a numeração identificativa;
 - B. O destino e o uso;
 - C. A natureza e o uso dos imóveis adjacentes, sempre que estas circunstâncias possam influir no risco.
4. As Condições Facultativas prevêm a garantia de riscos e ou garantias além dos previstos nas Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares;
5. Compõem ainda o contrato de seguro, além das Condições previstas nos números anteriores, as mensagens publicitárias concretas e objectivas que contrariem cláusulas do contrato de seguro, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro, ao Segurado ou ao beneficiário;
6. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato de seguro, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o seguro tenha sido celebrado fora desse período.
7. Sempre que se faça referência a garantias cuja definição se encontre expressa nas condições principais e acessórias, deverá recorrer-se à definição constantes nestas últimas. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

Capítulo I

Definições, Objecto e Garantias do Contrato

CLÁUSULA 1.^a Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

- A. **APÓLICE** – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado;
- B. **SEGURADOR** – a entidade legalmente autorizada para a exploração do ramo de Incêndio, que subscreve o presente contrato;
- C. **TOMADOR DO SEGURO** – A pessoa singular ou colectiva que celebra o contrato de seguro com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio.
- D. **SEGURADO** – A pessoa singular ou colectiva no interesse da qual o seguro é celebrado, e que se encontra identificado nas condições particulares.
- E. **BENEFICIÁRIO** – A pessoa ou entidade a favor de quem reverte a prestação do Segurador por efeito da cobertura prevista no contrato;
- F. **INCÊNDIO** – A combustão accidental, com desenvolvimento de chamas, estranha a uma fonte normal de fogo, ainda que nesta possa ter origem, e que se pode propagar pelos seus próprios meios;
- G. **AÇÃO MECÂNICA DE QUEDA DE RAIOS** – A descarga atmosférica ocorrida entre a nuvem e o solo, consistindo em um ou mais impulsos de corrente que conferem ao fenómeno uma luminosidade característica (raio) que provoque deformações mecânicas permanentes nos bens seguros;

H. EXPLOSÃO – A acção súbita e violenta da pressão ou depressão de gás ou de vapor;

I. SINISTRO – A verificação, total ou parcial, do evento súbito, fortuito e imprevisto que desencadeia o accionamento da garantia do risco prevista no contrato de seguro. Considera-se como um único sinistro o conjunto dos danos consequentes de um evento ou série ou sucessão de eventos resultantes de uma mesma causa, independentemente do número de lesados. A causa e o dano devem produzir-se no período de vigência do contrato de seguro;

J. FRANQUIA – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Tomador do Seguro ou do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontra estipulado nas Condições Gerais e/ou nas Condições Particulares;

K. BENFEITORIAS – Todas as despesas feitas para conservar ou melhorar o Edifício/Imóvel seguro;

L. DANO/PREJUÍZO – A destruição, desaparecimento ou deterioração dos bens seguros;

M. LESÃO CORPORAL – Ofensa que afete a integridade física ou a saúde mental de uma pessoa singular, causando um dano;

N. LESÃO MATERIAL – Ofensa que afete qualquer coisa móvel, edifício/imóvel ou animal, causando um prejuízo material;

O. DANO PATRIMONIAL – Prejuízo que, sendo susceptível de avaliação pecuniária, deva ser reparado ou indemnizado;

P. DANO NÃO PATRIMONIAL – Prejuízo que, não sendo susceptível de avaliação pecuniária, deva no entanto ser reparado ou indemnizado;

Q. CONDÓMINO – O proprietário exclusivo da fração que lhe pertence e Co-proprietário das partes comuns do edifício, na correspondente percentagem ou permissão;

R. SEGURO EM PRIMEIRO RISCO – Quando seja indicado no contrato de seguro um capital seguro em “primeiro risco”, em caso de sinistro que afecte esse capital, não haverá aplicação da regra proporcional na determinação do montante da indemnização, representando aquele capital o valor máximo garantido, independentemente do valor total dos bens seguros;

S. EDIFÍCIO OU FRACÇÃO AUTÓNOMA DE EDIFÍCIO –

- Estrutura, paredes, placas divisórias, cobertura, tetos, pavimentos;
- O valor proporcional das partes comuns;
- Telhado ou os terraços de cobertura, ainda que destinados ao uso de qualquer fracção;
- Entradas, vestíbulos, escadas e corredores de uso ou passagem comum a dois ou mais condóminos;
- Instalações gerais de água, electricidade, aquecimento, ar condicionado, gás, comunicações e semelhantes;
- Outras instalações fixas de origem;
- Ascensores e monta-cargas;
- Outros equipamentos e benfeitorias introduzidos pelos condóminos em partes comuns com excepção dos relacionados com actividades profissionais;
- Reclames, toldos, painéis e tabuletas;
- Dependências anexas (incluindo a destinada ao uso e habitação do porteiro);
- Garagens e arrecadações;
- Piscinas, tanques, bem como as respectivas coberturas fixas de construção definitiva a eles pertencentes;
- Antenas exteriores (incluindo antenas parabólicas), bem como os respectivos mastros, espas;
- Painéis solares ou outros sistemas de microgeração de energia (incluindo equipamentos auxiliares respectivos) pertencentes ao edifício; estes bens, para ficarem garantidos, têm de ser seguros em verba distinta e estar devidamente discriminados e valorizados no contrato;
- As benfeitorias introduzidas pelo seu proprietário com carácter permanente consideram-se ainda como parte integrante do edifício ou fracção;
- Os muros de contenção de terras ou de delimitação e ou separação da propriedade e respectivos portões, bem como os caminhos e outras superfícies asfaltadas, ladrilhadas ou empedradas;
- Os pátios, jardins, campos de jogos e outras instalações recreativas, respectivas vedações, muros e portões;

T. EDIFÍCIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL:

Edifício composto por diversas fracções autónomas e pelas partes comuns, construído exclusivamente de pedra, tijolo, ferro e cimento armado ou outros materiais de idêntico grau de incombustibilidade, salvo quando se fizer menção expressa de outros materiais, compreendendo:

- Os alicerces, colunas, pilares, paredes-mestras e todas as partes restantes que constituem a estrutura do edifício;
- O telhado ou os terraços de cobertura, ainda que destinados ao uso de qualquer fracção;
- As entradas, vestíbulos, escadas e corredores de uso ou passagem comum a dois ou mais condóminos;
- As instalações gerais de água, gás, electricidade, aquecimento, ar condicionado e comunicações, bem como as antenas colectivas de captação de imagem e de som;
- Em geral, todas as coisas que não sejam afectas ao uso exclusivo de um dos condóminos, nomeadamente, os pátios anexos ao edifício, os elevadores, monta-cargas e escadas rolantes, as dependências destinadas ao uso e habitação do porteiro, as garagens e outros lugares de estacionamento quando comuns.

U. BENS MÓVEIS:

- Mobiliário, Máquinas, equipamentos e respectivo software, que não façam parte integrante do edifício e que pertençam ao condomínio.

V. ENTIDADE CUJA RESPONSABILIDADE CIVIL SE SEGURA:

- A administração do condomínio.

W. TERCEIRO – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra uma lesão que origine danos susceptíveis de, nos termos da lei civil e deste contrato de seguro, serem reparados ou indemnizados.

São também considerados **TERCEIROS** nomeadamente os **CONDÓMINOS** do edifício seguro, respectivos **AGREGADOS FAMILIARES** e **EMPREGADOS** ao serviço exclusivo do condomínio.

CLÁUSULA 2.^a**Enumeração das Coberturas Gerais****A. RISCOS PRINCIPAIS**

- A.1.** Incêndio, acção mecânica de queda de raio e explosão;
- A.2.** Tempestades;
- A.3.** Inundações;
- A.4.** Aluimento de terras;

B. RISCOS ACESSÓRIOS

- B.1.** Fumo;
- B.2.** Derrame de sistemas hidráulicos de protecção contra incêndio;
- B.3.** Queda de aeronaves;
- B.4.** Impacto;
- B.5.** Ondas sínicas;
- B.6.** Danos em bens móveis pertença do Condomínio;
- B.7.** Queda accidental em móveis fixos;
- B.8.** Quebra ou queda de antenas;
- B.9.** Quebra ou queda de painéis solares;
- B.10.** Reconstituição de documentos;
- B.11.** Demolição e remoção de escombros;
- B.12.** Despesas com documentação;
- B.13.** Honorários de peritos;
- B.14.** Danos estéticos;
- B.15.** Derrame de combustível de instalações de aquecimento;
- B.16.** Atos de Vandalismo ou Maliciosos;
- B.17.** Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública;
- B.18.** Danos causados ao imóvel por furto ou roubo;
- B.19.** Responsabilidade Civil Extracontratual;

CLÁUSULA 3.^a**Objeto e Garantias do Contrato**

1. O presente contrato cumpre a obrigação de seguro contra incêndio de imóveis objeto de propriedade horizontal, tendo por objeto a cobertura dos danos causados pela sua ocorrência nos bens identificados no contrato de seguro, ainda que tenha havido negligência do Segurado ou de pessoa por quem este seja responsável.
2. O presente contrato tem por objeto a cobertura dos danos diretamente causados aos bens identificados nas condições particulares pela ocorrência de um sinistro fortuito, súbito e imprevisto garantido pelas coberturas indicadas na Cláusula 2^a e 5^a deste contrato de seguro.
3. Fica também garantida a Responsabilidade Civil Extracontratual da administração do condomínio.
4. Para além da cobertura dos danos previstos nos números anteriores, o presente contrato garante igualmente os danos causados no bem seguro em consequência dos meios empregados para combater o incêndio, assim como os danos derivados de calor, fumo, vapor ou explosão em consequência do incêndio e ainda remoções ou destruições executadas por ordem da autoridade competente ou praticadas com o fim de salvamento, se o forem em razão do incêndio ou de qualquer dos factos anteriormente previstos.
5. Salvo convenção em contrário, o presente contrato garante ainda os danos causados por acção mecânica de queda de raio, explosão ou outro acidente semelhante, mesmo que não acompanhado de incêndio.

CLÁUSULA 4.^a**Exclusões Gerais****A. Exclusões Aplicáveis à cobertura Obrigatória de Incêndio**

1. Excluem-se da garantia obrigatória do seguro os danos que derivem, direta ou indirectamente, de:
 - Guerra, declarada ou não, invasão, acto de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião ou revolução;
 - Levantamento militar ou acto do poder militar legítimo ou usurpado;

- Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do governo, de direito ou de facto, ou de qualquer autoridade instituída, salvo no caso de remoções ou destruições previstas na alínea 4) da Cláusula 3.^a;
- Greves, tumultos e alterações de Ordem Pública;
- Atos de Terrorismo;
- Atos de Vandalismo ou Maliciosos;
- Atos de Sabotagem;
- Explosão, libertação do calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioactivas e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;
- Incêndio decorrente de Fenómenos Sísmicos, tremores de Terras, terremotos e erupções vulcânicas, maremotos ou fogo subterrâneo;
- Efeitos directos de corrente eléctrica em aparelhos, instalações eléctricas e seus acessórios, nomeadamente sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela electricidade atmosférica, tal como a resultante de raio, curto-circuito, ainda que nos mesmos se produza Incêndio;
- Atos ou omissões dolosas do Tomador de Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis, mas, no âmbito do seguro obrigatório de incêndio, apenas no que refere aos danos ocorridos na sua propriedade e respectivas partes comuns;
- Lucros Cessantes ou perda Semelhante;
- Extravio, furto ou roubo dos bens seguros, quando praticados durante ou na sequência de qualquer outro sinistro coberto;

B. Exclusões Aplicáveis às restantes coberturas e à própria cobertura de Incêndio quando contratada como seguro Facultativo

1. No âmbito do presente contrato, não ficam garantidos as perdas ou danos que derivem, directa ou indirectamente, de:
 - Guerra, declarada ou não, invasão, acto de inimigo estrangeiro, hostilidades ou opera-

ções bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião ou revolução;

- Levantamento militar ou acto do poder militar legítimo ou usurpado;
- Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do governo, de direito ou de facto, ou de qualquer autoridade instituída, salvo no caso de remoções ou destruições previstas na alínea b) do número 4) da Cláusula 3.^a;
- Atos de terrorismo;
- Atos de sabotagem;
- Explosão, libertação do calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioactivas e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;
- Incêndio decorrente de Fenómenos Sísmicos, tremores de Terras, terremotos e erupções vulcânicas, maremotos ou fogo subterrâneo;
- Actos ou omissões dolosas do Tomador de Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis, mas, no âmbito do seguro obrigatório de incêndio, apenas no que refere aos danos ocorridos na sua propriedade e respectivas partes comuns;
- Lucros Cessantes ou perda Semelhante;
- Extravio, furto ou roubo dos bens seguros, quando praticados durante ou na sequência de qualquer outro sinistro coberto;

2. Além do disposto nos números anteriores o presente contrato fica ainda sujeito às exclusões constantes das condições facultativas que lhe forem aplicáveis;

3. Exceto quando expressamente se garantam os riscos em causa, o presente contrato não cobre os prejuízos que derivem directa ou indirectamente de:

- a.** Perdas ou danos sofridos por quaisquer aparelhos, máquinas ou equipamentos electrónicos, de forma accidental, devidos a causa não abrangida pelas coberturas do contrato de seguro;
- b.** Danos ocasionados por deterioração de mercadorias armazenadas em câmaras frigoríficas,

devidas a causa não abrangida pelas coberturas do contrato de seguro;

- c.** Danos causados aos bens seguros em consequência de derrame ou extravasamento de materiais em estado de fusão;
- d.** Danos causados aos bens seguros em consequência de combustão espontânea não seguida de incêndio;
- e.** Danos em caldeiras e recipientes sob pressão;
- f.** Prejuízos decorrentes da perda de produtos armazenados em cubas, tanques e outros depósitos fixos;

CLÁUSULA 5.^a Coberturas Complementares

A. As coberturas previstas na presente cláusula apenas podem ser contratadas autonomamente na parte em que ultrapassem o âmbito do seguro obrigatório de Incêndio.

A.1. INCÊNDIO, ACÇÃO MECÂNICA DE QUEDA DE RAIOS E EXPLOSÃO

Garante a garantia dos danos directamente causados aos bens identificados nas Condições Particulares pela ocorrência de incêndio, correspondendo ao legalmente exigível quanto à obrigação de segurar.

Para além da garantia do risco de incêndio, o presente seguro garante ainda os danos directamente causados aos bens seguros em consequência dos meios empregues para o combater, calor, fumo ou vapor resultantes imediatamente de incêndio, acção mecânica de queda de raio, explosão e ainda remoções ou destruições executadas por ordem da autoridade competente ou praticadas com o fim de salvamento, se o forem em razão de qualquer dos factos atrás previstos.

Para efeitos da garantia deste risco entende-se por:

- **Incêndio** – combustão accidental, com desenvolvimento de chamas, estranha a uma fonte normal de fogo ainda que nesta possa ter origem e que se pode propagar pelos seus próprios meios;
- **Acção mecânica de queda de raio** – descarga atmosférica ocorrida entre a nuvem e o solo,

consistindo em um ou mais impulsos de corrente que conferem ao fenómeno uma luminosidade característica (raio) e que provoque deformações mecânicas permanentes nos bens seguros;

- **Explosão** – acção súbita e violenta da pressão ou depressão de gás ou de vapor.

A.2. TEMPESTADES

Garante os danos sofridos pelos bens seguros em consequência de:

- a. Tufões, ciclones, tornados e toda a acção directa de ventos fortes ou choque de objetos arremessados ou projetados pelos mesmos, sempre que a sua violência destrua ou danifique vários edifícios de boa construção, objetos ou árvores sãs no raio de 5 Kms envolventes dos bens seguros;

Em caso de dúvida poderá o Tomador do Seguro ou o Segurado fazer prova, por documento emitido pela estação meteorológica mais próxima que, no momento do sinistro, os ventos atingiram uma velocidade superior a 90 kms./hora.

Para efeitos da presente cobertura são considerados como edifícios de boa construção, aqueles cuja estrutura, paredes exteriores e cobertura sejam construídas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção, utilizando materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica.

- b. Alagamento pela queda de chuva, neve ou granizo, desde que estes agentes atmosféricos penetrem no interior do edifício seguro em consequência de danos causados pelos riscos mencionados em a) e na condição que estes danos se verifiquem nas 48 horas seguintes ao momento da destruição parcial do edifício seguro;

São considerados como constituindo um único e mesmo sinistro os estragos ocorridos nas 48 horas que se seguem ao momento em que os bens seguros sofram os primeiros danos;

- c. Acção directa de areia ou pó que penetrem no interior edifício e /ou fracção em consequência directa desta ter sido danificada pela acção do vento ou granizo, como descrito nas alíneas anteriores;

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos causados por acção do mar e outras superfícies de água naturais ou artificiais sejam de que natureza forem, mesmo que estes acontecimentos resultem de temporal;
- Em construções que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção e cuja estrutura, paredes exteriores e construção não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica, assim como naqueles em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos 50%, e ainda, quando os edifícios se encontrem em estado de degradação no momento da ocorrência.
- Danos provocados por infiltrações através de paredes, tectos, portas, janelas, clarabóias, terraços ou marquises, bem como por goteiras, humidade, condensação e ou oxidação, excepto quando directamente resultantes dos riscos previstos no primeiro ponto do âmbito desta cobertura;
- Danos em bens móveis, existentes ao ar livre;
- Danos em árvores ou plantas dos jardins anexos ao edifício;
- Em dispositivos de protecção (tais como persianas e marquises), vedações, portões que não façam parte integrante da alçada do edifício seguro, estores exteriores, toldos, protecções de piscinas e anúncios luminosos, os quais ficam, todavia, garantidos se forem acompanhados da destruição total ou parcial do edifício/imóvel seguro.

A.3. INUNDAÇÕES

Garante os danos sofridos pelos bens seguros em consequência de:

- a. Tromba de água ou queda de chuvas torrenciais - precipitação atmosférica de intensidade superior a dez milímetros em dez minutos, no pluviómetro;
- b. Rebentamento de adutores, colectores, drenos, diques e barragens;

- c. Enxurrada ou transbordamento do leito de cursos de água naturais ou artificiais.

São considerados como constituindo um único e mesmo sinistro os estragos ocorridos nas 48 horas que se seguem ao momento em que os bens seguros sofram os primeiros danos.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos causados por subida de marés, marés vivas e, mais genericamente, pela acção do mar e outras superfícies marítimas, naturais ou artificiais;
- Em construções que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção e cuja estrutura, paredes exteriores e construção não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica, assim como naqueles em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos 50%, e ainda, quando os edifícios se encontrem em estado de degradação no momento da ocorrência.
- Danos em bens móveis existentes ao ar livre;
- Danos em árvores ou jardins anexos ao edifício;
- Em dispositivos de proteção (tais como persianas e marquises), vedações, portões que não façam parte integrante da alçada do edifício seguro, estores exteriores, toldos, protecções de piscinas e anúncios luminosos, os quais ficam, todavia, garantidos se forem acompanhados da destruição total ou parcial do edifício/imóvel seguro.

A.4. ALUIMENTOS DE TERRAS

Garante os danos sofridos pelos bens seguros em consequência dos seguintes fenómenos geológicos: aluimentos, deslizamentos, derrocadas e afundamentos de terrenos.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos resultantes de colapso total ou parcial das estruturas seguras, não relacionadas com os riscos geológicos garantidos, causados directa

ou indirectamente por vibrações, rebaixamento do nível freático, trabalhos de remoção de terras ou que ocasionem o enfraquecimento dos apoios das estruturas, escavações, fundações, trabalhos de bate-estacas e análogos;

- Danos acontecidos em edifícios ou outros bens seguros, que estejam assentes sobre fundações que contrariem as normas ou técnicas ou as boas regras de engenharia de execução das mesmas, em função das características dos terrenos e do tipo de construção ou bens envolvidos nesta cobertura;
- Danos resultantes de deficiência de construção, de projecto, de qualidade de terrenos ou outras características do risco, que fossem ou devessem ser do conhecimento prévio do Tomador Seguro ou Segurado, assim como danos em bens seguros que estejam sujeitos a acção contínua da erosão e ação das águas, salvo se aqueles fizerem prova que os danos não têm qualquer relação com aqueles fenómenos;
- Danos consequentes de qualquer dos riscos acima cobertos, desde que se verifiquem durante a ocorrência de abalos sísmicos ou no decurso das 72 horas seguintes à última manifestação do fenómeno sísmico;
- Danos nos bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, o edifício já se encontrava danificado, desmoronado ou deslocado das suas fundações, paredes, tetos, algerozes ou telhados;
- Danos provocados por assentamento ou compactação dos terrenos nos quais se situam os bens seguros;

B.1. FUMO

Garante os danos provocados aos bens seguros pelo fumo em consequência de fugas ou escapes repentinos e anormais, sempre que se produzam em lugares de combustão ou sistemas de aquecimento, incluindo quando tenham origem em locais distintos do edifício seguro, até ao limite fixado nas condições particulares.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos causados por acção continuada, lenta e gradual, do fumo sobre os bens seguros;

B.2.DERRAME DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Garante os danos provocados aos bens seguros por derrame accidental de água ou outra substância utilizada nos sistemas hidráulicos de protecção contra incêndio (PCI), proveniente de falta de estanquicidade, ou escape, fuga ou falha em geral no sistema, até ao limite fixado nas condições particulares.

A expressão «equipamento de PCI» refere-se a depósitos e condutas de água, hidrantes, bocas-de-incêndio, válvulas e, em geral, todas as instalações hidráulicas destinadas exclusivamente ao combate a incêndios.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a, esta cobertura também não garante:

- Danos no próprio sistema de PCI;
- Danos causados por sismos, tempestades e inundações;
- Danos causados por explosões de qualquer natureza;
- Danos causados por condutas subterrâneas ou quaisquer outras que se encontrem fora dos locais seguros ou ainda por represas;
- Danos causados por derrame proveniente de defeito de fabrico ou montagem de equipamento de PCI;
- Danos causados por mau estado ou deficiente conservação, bem como de operações de conservação ou manutenção, do equipamento do PCI;

B.3. QUEDA DE AERONAVES

Garante as perdas ou danos sofridos pelos bens seguros em consequência de choque ou queda de todo ou parte de aparelhos de navegação aérea e engenhos espaciais ou objectos deles caídos.

B.4. IMPACTO

Garantindo os danos sofridos pelos bens seguros em consequência do impacto de:

- a. Objectos caídos ou atirados a partir do exterior do edifício;

- b. Veículos terrestres e mercadorias por eles transportadas;

- c. Animais;

- d. Aluimentos de neve.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a, esta cobertura também não garante:

- Causados por veículos conduzidos por pessoas da Administração ou pelos condóminos, por membros do seu agregado familiar, ou por qualquer pessoa por quem aqueles sejam civilmente responsáveis;
- Danos em veículos;
- Danos em animais domésticos;

B.5. ONDAS SÓNICAS

Garante as perdas ou danos sofridos pelos bens seguros em consequência de vibração ou abalo resultantes de travessia da barreira do som por aparelhos de navegação aérea.

B.6. DANOS EM BENS MÓVEIS PERTENÇA DO CONDOMÍNIO

Garante os danos sofridos pelos bens móveis, pertença do Condomínio, existentes no edifício seguro, directamente resultantes da ocorrência dos riscos cobertos no contrato de seguro, de acordo com os limites fixados nas condições particulares.

B.7. QUEDA ACIDENTAL EM MÓVEIS FIXOS

Garante os danos directamente causados pelo desprendimento fortuito e accidental de móveis quando fixos (aparafusados ou encastrados) a paredes do edifício, e ainda, as despesas de reparação de paredes e soalho directamente afectados pelo sinistro, de acordo com os limites fixados nas condições particulares.

B.8. QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS

Garante os danos sofridos por antenas exteriores captadoras e/ou emisoras de imagem e/ou som (incluindo os respectivos mastros e espas) causados pela quebra ou queda accidental das mesmas, bem como os prejuízos sofridos pelos restantes bens seguros em consequência desse sinistro, desde que instaladas para utilização do interesse do condomínio em geral.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos durante os trabalhos de montagem, reparação ou manutenção dessas antenas;
- Danos no decurso de obras de construção, reparação, limpeza ou transformação do imóvel;

B.9. QUEBRA OU QUEDA DE PAINÉIS SOLARES

Garante os danos sofridos pelos painéis destinados à captação de energia solar (incluindo as respectivas estruturas e espas) causados pela queda ou quebra accidental dos mesmos, bem como os prejuízos sofridos pelos restantes bens seguros em consequência desse sinistro, desde que instalados para utilização do interesse do condomínio em geral.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos durante os trabalhos de montagem, reparação ou manutenção dos painéis solares;
- Danos no decurso de obras de construção, reparação, limpeza ou transformação do imóvel;

B.10. RECONSTITUIÇÃO DE DOCUMENTOS

Garante as despesas de reconstituição de documentos inerentes à Administração do Condomínio quando tenham sofrido danos materiais em consequência de sinistro coberto por este contrato de seguro, até aos limites fixados nas condições particulares.

B.11. DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ESCOMBROS

Garante o pagamento das despesas verificadas com a demolição e remoção de escombros provocados pela ocorrência de qualquer sinistro coberto pelas coberturas gerais deste contrato de seguro, até ao limite fixado nas condições particulares.

B.12. DESPESAS COM DOCUMENTAÇÃO

Garante as despesas, devidamente documentadas, com o objectivo de obter documentos, informações ou quaisquer outros elementos de prova solicitados pelo Segurador nos termos das condições gerais

e facultativas deste contrato, e de acordo com os limites fixados nas condições particulares.

B.13. HONORÁRIOS DE PERITOS

Garantindo os honorários, devidamente comprovados, de arquitectos, engenheiros, consultores e outros técnicos, relativos a trabalhos/serviços que se revelem necessários para repor ou reparar os bens seguros e/ou para preparar reclamações ou estimativas de perdas, após a ocorrência de sinistro garantido por este contrato, até aos limites fixados nas condições particulares.

B.14. DANOS ESTÉTICOS

Em caso de perdas de continuidade e coerência estética dos bens seguros afectados por um sinistro coberto por este contrato de seguro, garante-se a reposição de materiais de características estéticas idênticas às dos sinistrados de forma a restaurar a continuidade e coerência estética anterior à ocorrência do sinistro, mas sempre limitado às divisões interiores do edifício ou fracção seguro directamente danificado pelo mesmo.

A reparação e reposição realizar-se-á utilizando materiais das mesmas características e qualidade dos originais, com o limite de indemnização fixado nas condições particulares.

B.15. DERRAME DE COMBUSTÍVEL DE INSTALAÇÕES DE AQUECIMENTO

Garante os danos sofridos pelos bens seguros em consequência do derrame accidental de óleo ou outra substância utilizada em qualquer instalação, fixa ou móvel, destinada ao aquecimento do ambiente.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos na própria instalação e/ou o seu conteúdo;

B.16. ATOS DE VANDALISMO OU MALICIOSOS

Garante os danos (incluindo os de incêndio ou explosão) sofridos pelos bens seguros directamente causados por:

- actos de vandalismo ou maliciosos;
- actos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída, por ocasião das ocor-

rências mencionadas em a), para a salvaguarda ou protecção de bens e pessoas;

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a, esta cobertura também não garante:

- Danos por interrupção total ou parcial do trabalho ou cessação de qualquer processo de laboração em curso, de demora ou perda de mercado;
 - Danos no edifício em consequência de pintura de inscrições graffiti ou colagem de cartazes;
 - Danos resultantes de actos de guerra (declarada ou não), guerra civil, invasão e hostilidades com países estrangeiros;
 - Danos resultantes de levantamento, rebelião ou golpe militares, revolução ou usurpação do poder;
 - Suspensão de posse dos bens seguros com carácter permanente ou temporário, resultante de confiscação, requisição ou custódia devida a qualquer imposição do poder legal ou usurpado, dimanada de uma autoridade constituída;
- o Segurador não fica desobrigado da sua responsabilidade para com o Segurado, relativamente aos danos materiais que os bens seguros tenham sofrido, antes ou durante a suspensão de posse temporária, por qualquer outra causa indemnizável ao abrigo das garantias do contrato;
- Roubo, com ou sem arrombamento, directa ou indirectamente relacionado com os riscos cobertos por esta garantia;
 - Depreciação, atraso, deterioração, alteração na temperatura, humidade ou condições de ambiente, interferências com operações habituais, perda de produção ou de mercado ou quaisquer outras perdas consequenciais ou indirectas de qualquer espécie;

B.17. GREVES, TUMULTOS E ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA

Garante os danos (incluindo os de incêndio ou explosão) directamente causados aos bens seguros:

- Por pessoas que tomem parte em greves, «loc-kout», distúrbios no trabalho, tumultos, motins e alterações da ordem pública;
- Por qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências acima mencionadas, para a salvaguarda ou protecção de pessoas e bens;

B.18. DANOS CAUSADOS AO IMÓVEL POR FURTO OU ROUBO

Garante os danos sofridos pelos bens seguros devido a destruição, perda ou deterioração em consequência do furto qualificado ou roubo, tentado ou consumado, apenas quando se verificar uma das seguintes situações:

- Tenha sido praticado através de arrombamento, escalamento ou de chave falsa, desde que a utilização destes meios tenha deixado vestígios materiais inequívocos ou tenha sido constatada por inquérito policial

Para o efeito da presente garantia, entende-se por:

- **FURTO QUALIFICADO** – Acto, levado a cabo com ilegítima intenção de apropriação para o agente ou terceiro de subtrair coisa móvel alheia.
- **ROUBO** – Acto, levado a cabo com ilegítima intenção de apropriação para o agente ou terceiro, de subtrair, ou constrangir a que seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir.
- **ARROMBAMENTO** – O rompimento, fractura ou destruição no todo ou em parte de qualquer elemento ou mecanismo que sirva para fechar ou impedir a entrada no local de risco ou lugar fechado dele dependente.
- **ESCALAMENTO** – A introdução no local de risco ou em lugar fechado dela dependente, por local não destinado normalmente à entrada, nomeadamente, por telhados, portas de terraços, janelas, paredes, por abertura subterrânea ou qualquer construção que sirva para fechar ou impedir a entrada ou passagem.
- **CHAVES FALSAS** – São consideradas:
 - As imitadas, contrafeitas ou alteradas;

- As gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir fechaduras ou outros dispositivos de segurança.

Ficam ainda cobertos os Danos ocasionados nas portas e fechaduras dos Condóminos do Edifício, bem como nas ligações das instalações de Água, gás ou electricidade, com as redes gerais de distribuição.

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Ocorrências em que se prove a intervenção na qualidade de autores ou cúmplices de pessoas ligadas ao Tomador de Seguro ou Segurados por contrato de trabalho, bem como quaisquer familiares do Segurado;
- O desaparecimento inexplicável, as perdas ou extravios, bem como as subtracções de qualquer espécie;
- O furto e o roubo dos bens seguros, praticados durante ou na sequência de qualquer outro sinistro abrangido pelas coberturas do presente contrato;
- O furto subsequente à não substituição das fechaduras ou dos respectivos mecanismos em caso de furto, roubo ou perda das chaves do edifício ou fracção, bem como subsequente ao abandono, ainda que temporário, das chaves nas portas ou em outro local acessível a qualquer pessoa;
- Durante o decurso de obras no local de risco, assim como em caso de escalamento de andaimes de obras em edifícios vizinhos, desde que não ocorra arrombamento do edifício ou fracção onde se encontram os bens seguros;
- Roubo ou furto de objectos existentes em logradouros, terraços ou em anexos não fechados.

B.19. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL

Garantindo a Responsabilidade Civil Extracontratual do Tomador do Seguro e Segurado, na qualidade de Administração do Condomínio do edifício seguro, pela reparação de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais involuntariamente causados a terceiros.

Ficam designadamente cobertos os danos causados:

- a. Pelo edifício, ou partes dele, incluindo a queda de antenas;
- b. Por pequenas obras de reparação e conservação do edifício, apenas se efetuadas pelo tomador de seguro ou Segurado, condóminos e empregados ao serviço exclusivo do condomínio;
- c. Por reclames, toldos, painéis, painéis solares e tabuletas próprias do edifício;
- d. Por ascensores, monta-cargas e escadas rolantes;

As garantias concedidas ao abrigo desta alínea ficam sujeitas ao cumprimento de todas as disposições legais vigentes em matéria de ascensores, bem como a celebração de um contrato de assistência técnica de inspeção e conservação do edifício.

- a. Pela limpeza das áreas comuns do edifício;
- b. Pelas instalações fixas do edifício (elétricas, de água, gás, esgotos, aquecimento ou climatização).

Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a., esta cobertura também não garante:

- Danos devidos à falta de cumprimento das disposições oficiais inerentes à periódica conservação do edifício;
- Danos devidos a trabalhos de transformação ou ampliação do edifício ou parte dele;
- O exercício de atividade industrial, comercial, profissional, artesanal, artística danos devidos ou religiosa, desenvolvida no edifício;
- Inundações em consequência de torneiras ou válvulas de descarga de fluidos mal vedadas ou abertas;
- Responsabilidade por danos resultantes unicamente de humidade e insalubridade do imóvel.
- Utilização de ascensores, monta-cargas e escadas rolantes em condições ou períodos considerados interditos pelos serviços técnicos de inspeção e/ou conservação;

- Alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação dos fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas;
- Acidentes abrangidos pela legislação de acidentes de trabalho e Doenças Profissionais;
- Detenção ou emprego de explosivos;
- Ficam ainda excluídos desta cobertura os prejuízos garantidos por qualquer seguro de responsabilidade civil que o Tomador do Seguro ou o Segurado sejam obrigados a contratar.

CLÁUSULA 6.^a **Coberturas Facultativas do Contrato**

1. Mediante convenção expressa nas condições particulares, poderão ser objecto do presente contrato outros riscos e/ou garantias, de harmonia com o disposto nas respectivas condições facultativas que tiverem sido contratadas.
2. Estas coberturas são conferidas mediante o pagamento do respectivo sobreprémio e ficam sujeitas aos termos e condições das correspondentes condições facultativas.

CLÁUSULA 7.^a **Âmbito Territorial**

As garantias do contrato de seguro são aplicáveis no local de risco seguro e descrito nas condições particulares.

Capítulo II

Declaração do Risco, Inicial e Superveniente

CLÁUSULA 8.^a **Dever de Declaração Inicial do Risco**

1. O tomador do seguro, ou o Segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador;
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito;
3. o Segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - A. Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - B. De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - C. De incoerência ou contradição evidentes nas respostas ao questionário;
 - D. De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexacto ou, tendo sido omitido, conheça;
 - E. De circunstâncias conhecidas do Segurador, em Facultativa quando são públicas e notórias.
4. o Segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual Tomador do Seguro ou o Segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 9.^a**Incumprimento Doloso do Dever de Declaração Inicial do Risco**

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da cláusula anterior, o seguro é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do Seguro;
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três (3) meses a contar do conhecimento daquele incumprimento;
3. o Segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade;
4. o Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver conhecido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante;
5. Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 10.^a**Incumprimento Negligente do Dever de Declaração Inicial do Risco**

1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 8.^a, o Segurador pode, mediante declaração, a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três (3) meses a contar do seu conhecimento:
 - A. Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a catorze (14) dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - B. Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente;
2. O contrato cessa os seus efeitos trinta (30) dias após o envio da declaração de cessação ou vinte (20) dias após a receção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite;

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à garantia havida.
4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:
 - A. o Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;
 - B. o Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 11.^a**Agravamento do Risco**

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de catorze (14) dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato de seguro.
2. No prazo de trinta (30) dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:
 - A. Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - B. Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. A resolução do contrato prevista na alínea b) do nº anterior deve ser comunicada ao Tomador do Seguro por escrito, ou por outro meio de que fique registo duradouro, com a antecedência mínima de trinta (30) dias relativamente à data em que a mesma produz efeitos.

CLÁUSULA 12.^a**Sinistro e Agravamento do Risco**

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:
 - A. Cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;
 - B. Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;
 - C. Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do Segurado ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos;
2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

Capítulo III

Pagamento e Alteração dos Prémios

CLÁUSULA 13.^a**Vencimento**

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fracção deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As fracções seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas fracções deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato de seguro.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 14.^a**Cobertura**

A garantia dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 15.^a**Aviso de Pagamento**

1. Navegância do contrato, o Segurador deve avisar por escrito o Tomador do Seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de trinta (30) dias em relação à data em que se vence o prémio, ou fracções deste;
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fracção;
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em fracções de periodicidade igual ou inferior a três (3) meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas fracções do prémio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação

ção e do envio ao Tomador do Seguro da documentação contratual referida neste número;

CLÁUSULA 16.^a **Falta de Pagamento dos Prémios**

- 1.** A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração;
- 2.** A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fracção deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato;
- 3.** A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - A.** Uma fracção do prémio no decurso de uma anuidade;
 - B.** Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco;
- 4.** O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato de seguro com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considere resolvido na data do vencimento do prémio não pago;

CLÁUSULA 17.^a **Pagamento, por Terceiro Interessado, de Prémio já Vencido**

- 1.** Sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores é conferido a terceiro interessado, titular de direitos ressalvados no contrato, o direito de proceder ao pagamento do prémio já vencido, nos trinta (30) dias posteriores à data de vencimento;
- 2.** O pagamento do prémio nos termos e no prazo referidos no nº anterior determina a reposição em vigor do contrato e a cobertura do risco entre a data do vencimento e a data de efectivo pagamento do prémio;
- 3.** Em caso algum, porém, o Segurador cobre sinistro cuja verificação seja conhecida pelo terceiro interessado antes do pagamento do prémio;

CLÁUSULA 18.^a **Alteração do Prémio**

- 1.** Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas pode efectuar-se no vencimento anual seguinte;
- 2.** Em caso de previsão de um regime de bonificações e/ou agravamentos relacionados com a verificação, ou não, de sinistros, qualquer alteração do prémio por efeito desse regime é efectuada no vencimento seguinte à constatação do facto;

CLÁUSULA 19.^a **Fraccionamento dos Prémios**

- 1.** O Tomador de Seguro, nos termos da Lei e das condições gerais deste contrato de seguro, contrai perante o Segurador a obrigação de pagar o prémio total relativamente ao período de vigência do contrato de seguro.
- 2.** o Segurador, aceita, porém, e mediante a cobrança do respectivo sobreprémio, que nos contratos de seguro que vigorem por um ano e seguintes o pagamento se faça em prestações liquidadas adiantadamente, de acordo com o indicado nas condições particulares deste contrato de seguro.

Capítulo IV

Início de Efeitos, Duração e Vicissitudes do Contrato

CLÁUSULA 20.^a**Início da Garantia e de Efeitos**

1. O dia e hora do início da cobertura dos riscos são indicados no contrato, atendendo ao previsto na cláusula 14.^a;
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos;

CLÁUSULA 21.^a**Duração**

1. O contrato indica a sua duração, podendo ser por período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano;
2. Os efeitos do contrato cessam às vinte e quatro (24) horas do último dia do seu prazo;
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efectua se qualquer das partes denunciar o contrato com trinta (30) dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prémio;

CLÁUSULA 22.^a**Cessação do Seguro**

O contrato de seguro pode cessar por caducidade, revogação, denúncia e resolução.

A. Caducidade:

- O contrato de seguro caduca no termo do período de vigência estipulado.

- O contrato de seguro caduca na eventualidade de superveniente perda do interesse ou de extinção do risco e sempre que se verifique o pagamento da totalidade do capital seguro para o período de vigência do seguros em que se encontre prevista a reposição desse capital.

- Entende-se que há extinção do risco, nomeadamente em caso de perda total do bem seguro e de cessação da atividade objeto do seguro.

B. Revogação:

O Segurador e o Tomador do Seguro ou o Segurado podem, por acordo, a todo o tempo, fazer cessar o contrato de seguro.

C. Denúncia:

- O contrato de seguro celebrado por período determinado e com prorrogação automática pode ser livremente denunciado por qualquer das partes para obviar à sua prorrogação.
- O contrato de seguro celebrado sem duração determinada pode ser denunciado a todo o tempo, por qualquer das partes. Este, contudo, não pode ser denunciado sempre que a livre desvinculação se oponha à natureza do vínculo ou à finalidade prosseguida pelo seguro e ainda quando corresponda a uma atitude abusiva.

D. Resolução:

- Havendo justa causa, o contrato de seguro pode ser resolvido por qualquer das partes a todo o tempo.
- Considera-se que há justa causa, quando ocorram dois ou mais sinistros num período de doze (12) meses ou, sendo o seguro anual, no decurso da anuidade.
- Em caso de resolução antecipada do seguro por facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, ou a este imputável, o Segurador tem direito, no mínimo, ao prémio que seria devido na base da tarifa de seguros temporários praticada para o tipo de seguro e de garantias em causa tendo em conta o período decorrido da anuidade.

Se o Tomador do Seguro já tiver pago prémio superior ao mínimo devido ser-lhe-á devolvido o excesso. Caso tenha pago prémio inferior ao exigível face à tarifa de seguros temporários o Segurador tem direito ao prémio que falte para perfazer o devido.

- Na situação prevista no número anterior mas no caso de se ter verificado, na anuidade ou período de seguro em curso, sinistro indemnizável, o Segurador tem direito ao prémio correspondente à anuidade, por inteiro.
- A resolução do contrato de seguro produz os seus efeitos às vinte e quatro (24) horas do dia em que seja eficaz sendo que esta se torna eficaz, ou produz efeitos, decorridos trinta (30) dias a contar da data de envio da declaração resolutive.
- A comunicação da resolução do contrato de seguro, nos termos previstos nesta cláusula, deve ser efetuada por escrito, ou por outro meio de que fique registo duradouro, com a antecedência mínima de trinta (30) dias relativamente à data em que a mesma produz efeitos.
- Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, ou estejam devidamente identificados no seguro titulares de privilégios creditórios ou de outros direitos sobre os bens objeto do seguro, o Segurador deve avisar o Segurado e os titulares desses outros direitos da resolução do seguro logo que possível, no máximo de trinta (30) dias após a não renovação ou a resolução.

CLÁUSULA 23.ª **Redução do Contrato de Seguro**

1. o Segurador ou o Tomador de Seguro podem, a todo o tempo, reduzir o presente contrato, mediante correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de trinta (30) dias em relação à data em que a redução produzir efeitos;
2. A proposta de redução considera-se aceite no trigésimo (30.º) dia a contar da data da sua recepção, a menos que, entretanto, a outra parte seja notificada da recusa ou da sua antecipada aceitação;
3. A redução do contrato produzirá os seus efeitos a partir das vinte e quatro (24) horas do dia da aceitação da proposta de redução, salvo se na mesma for indicada data de início posterior;
4. O prémio a devolver em caso de redução da cobertura corresponderá à diferença entre o prémio cobrado e o prémio correspondente à cobertura alterada, calculado com base no período de tempo não decorrido desde o momento da redução até ao termo da anuidade;

5. Existindo privilégio creditório sobre os bens que constituem o objeto do seguro, o Segurador obriga-se a comunicar por escrito à entidade credora, expressamente identificada nas Condições Particulares, a redução do contrato com a antecedência mínima de quinze (15) dias em relação à data em que produz os seus efeitos;
6. Tendo ocorrido sinistro indemnizável, o Segurador tem direito ao prémio por inteiro correspondente à anuidade e à cobertura finda ou modificada;

CLÁUSULA 24.ª **Eficácia em Relação a Terceiros**

1. A cessação do contrato de seguro não prejudica os direitos adquiridos por terceiros durante a vigência do contrato de seguro.
2. Da natureza e das condições do contrato de seguro pode resultar que terceiros beneficiem da garantia de sinistro reclamado depois da cessação do contrato de seguro.
3. o Segurador deve comunicar a cessação do contrato de seguro aos terceiros com direitos ressalvados no seguro e aos Beneficiários com designação irrevogável, desde que identificados no contrato de seguro.
4. O dever de comunicação previsto no número anterior impende igualmente sobre o Segurador em relação ao Segurado que seja distinto do Tomador do Seguro.

CLÁUSULA 25.ª **Transmissão da Propriedade do Bem Seguro, ou do Interesse Seguro**

1. Salvo convenção em contrário, no caso de transmissão da propriedade do bem seguro ou do interesse do Segurado no mesmo, a obrigação do Segurador para com o novo proprietário ou interessado depende da sua notificação pelo tomador de seguro, pelo Segurado ou pelos seus legais representantes, sem prejuízo do regime legal do agravamento do risco;
2. Se a transmissão da propriedade do bem seguro ou do interesse se verificar por falecimento do Segurado a responsabilidade do Segurador subsiste para com os herdeiros enquanto forem pagos os respectivos prémios;
3. Salvo convenção em contrário, no caso de insolvência do Tomador do Seguro ou do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsiste para com a massa falida, presumindo-se que a declaração de insolvência constitui factor de agravamento do risco;

Capítulo V

Prestação Principal do Segurador

CLÁUSULA 26.^a Capital Seguro

1. A determinação do capital seguro quer no início quer na vigência do contrato, é sempre da responsabilidade do tomador de seguro e/ou do Segurado, devendo atender, na parte relativa ao bem seguro, ao disposto nos números seguintes;
2. O valor do capital seguro para edifícios deve corresponder ao custo de mercado da respectiva reconstrução, tendo em conta o tipo de construção ou outros factores que possam influenciar esse custo, ou ao valor matricial no caso de edifícios para expropriação ou demolição;
3. À excepção do valor dos terrenos, todos os elementos constituintes ou incorporados pelo proprietário ou pelo titular do interesse seguro, incluindo o valor proporcional das partes comuns, devem ser tomados em consideração para a determinação do capital seguro referido no número anterior;
4. Salvo convenção em contrário, sendo para habitação o imóvel seguro, o seu valor, ou a proporção segura do mesmo, é automaticamente actualizado de acordo com os índices publicados para o efeito pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nos termos da Cláusula 27.^a;
5. Em relação à Cobertura de Responsabilidade Civil, A indemnização não poderá exceder em caso algum o capital indicado nas condições particulares, ainda que, para o mesmo sinistro, possam ser chamadas a intervir as diversas modalidades de cobertura concedidas ao abrigo do número b.19 da Cláusula 4.^o destas condições gerais;

CLÁUSULA 27.^a Actualização Indexada de Capitais

1. Sem prejuízo do previsto na cláusula 26.^a das Condições Gerais, fica expressamente convencionado que o capital

seguro pelo presente contrato, relativo ao imóvel, identificado nas Condições Particulares, é automaticamente actualizado, em cada vencimento anual, de acordo com as variações do índice publicado trimestralmente pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo Decreto-lei n.º 72/2008, de 16 de abril;

2. As partes podem convencionar nas Condições Particulares uma periodicidade menor do que a anual para a actualização prevista no número anterior;
3. O capital actualizado, que consta do recibo do prémio, corresponde à multiplicação do capital que figura nas Condições Particulares pelo factor resultante da divisão do índice de vencimento pelo índice de base;
4. O prémio reflecte o capital actualizado nos termos do número anterior;
5. Para efeitos desta Condição Facultativa, entende-se por:
 - A. Índice de base, o índice que corresponde à data de início da vigência do contrato de seguro ou da subscrição da presente garantia, sem prejuízo do n.º 8 da presente Condição Facultativa;
 - B. Índice de vencimento, o índice que corresponde à data de início de cada anuidade, nos termos do n.º 7
6. O índice de base é indicado nas Condições Particulares do contrato, sendo o índice de vencimento mencionado no recibo do prémio;
7. Os índices referidos no n.º 5 são aplicados a cada contrato de harmonia com o seguinte quadro:

Início e Vencimento Anual do Contrato de Seguro	Índice IE (Índice de Edifícios) Publicado pelo I.S.P. EM
1.º Trimestre de cada ano	Outubro do ano anterior
2.º Trimestre de cada ano	Janeiro do mesmo ano
3.º Trimestre de cada ano	Abril do mesmo ano
4.º Trimestre de cada ano	Julho do mesmo ano

8. Se, a pedido do tomador do seguro, houver aumento de capital, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias e beneficiações, quer pela inclusão de novos bens, o índice de base indicado no contrato é substituído pelo índice correspondente ao trimestre em que se tiver verificado esta alteração, de acordo com o quadro referido no número anterior;
9. Apenas se atualiza, de harmonia com o disposto nos nºs 1 e 3, o valor do imóvel seguro ou a proporção segura de mesmo;

10. O estipulado nesta cláusula não dispensa o Tomador do Seguro de proceder a convenientes revisões do capital seguro, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias ou beneficiações, quer pela inclusão de novos bens;
11. Em caso de sinistro, não há lugar à aplicação da regra proporcional prevista no n.º 1 da cláusula 28.^a das Condições Gerais do contrato de seguro se o capital seguro for igual ou superior a 85% do custo de reconstrução dos bens seguros;
12. O Tomador do Seguro pode renunciar à indexação estabelecida nesta Condição Facultativa desde que o comunique ao Segurador, com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao vencimento anual do contrato de seguro;

CLÁUSULA 28^a **Insuficiência ou Excesso de Capital**

1. Salvo convenção em contrário, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, inferior ao determinado nos termos dos n.ºs. 2 a 4 da cláusula 26.^a, o Segurador só responde pelo dano na respetiva proporção, respondendo o tomador de seguro e/ou o Segurado pela restante parte dos prejuízos como se fosse Segurador;
2. Aquando da prorrogação do contrato, o Segurador informa o Tomador do Seguro do previsto no número anterior e no n.º 4 da Cláusula 25.^a, bem como do valor seguro do imóvel, a considerar para efeito de indemnização em caso de perda total, e dos critérios da sua actualização, sob pena de não aplicação da redução proporcional prevista no número anterior, na medida do incumprimento;
3. Salvo convenção em contrário, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, superior ao determinado nos termos dos n.ºs 2 a 4 da cláusula 26.^a, a indemnização a pagar pelo Segurador não ultrapassa o custo de reconstrução ou o valor matricial previstos nos mesmos números;
4. No caso previsto no número anterior, o Tomador do Seguro ou o Segurado podem sempre pedir a redução do contrato, a qual, havendo boa fé de ambos, determina a devolução dos sobre prémios que tenham sido pagos nos dois anos anteriores ao pedido de redução, deduzidos os custos de aquisição calculados proporcionalmente;
5. Segurando-se diversos bens por quantias e verbas designadas separadamente, o contrato fixa se o previsto nos números anteriores se aplica, ou não, a cada uma delas, como se fossem seguros distintos;

CLÁUSULA 29^a **Pluralidade de Seguros**

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários Seguradores, o Tomador do Seguro ou o Segurado deve informar dessa circunstância todos os Seguradores, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro;
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera os Seguradores das respectivas prestações;
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos Seguradores, à escolha do Segurado, dentro dos limites da respectiva obrigação, aplicando-se subsequentemente, nas relações entre os vários Seguradores, o regime previsto no artigo 133.º do regime jurídico do contrato de seguro;

Capítulo VI

Obrigações e Direitos das Partes

CLÁUSULA 30.^a

Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se:

- A.** A comunicar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a oito (8) dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;
- B.** A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro, as quais incluem, na medida do razoável, seja a não remoção ou alteração, ou o não consentimento na remoção ou na alteração, de quaisquer vestígios do sinistro, sem acordo prévio do Segurador, seja a guarda e conservação dos salvados;
- C.** A prestar ao Segurador as informações que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;
- D.** A não prejudicar o direito de sub-rogação do Segurador nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele;
- E.** A cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas pela lei, regulamentos legais ou cláusulas deste contrato;
- F.** Fornecer ao Segurador todas as provas solicitadas, bem como todos os relatórios ou outros documentos que possua ou venha a obter, desde que relacionados com o sinistro;
- G.** Cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas pela Lei, regulamentos legais ou cláusulas deste contrato;
- H.** Dar pronto conhecimento ao Segurador de quaisquer citações ou notificações judiciais que receba, assim

como de quaisquer outras diligências contra si intentadas, em consequência do sinistro;

- I.** Não assumir qualquer obrigação perante terceiros, isto é, não negociar, admitir, repudiar ou liquidar qualquer indemnização, sem prévio acordo do Segurador;
 - J.** Aceitar o recurso aos Tribunais Cíveis para decidirem acerca da sua responsabilidade perante terceiros, concedendo ao Segurador, no âmbito dos assuntos de interesse comum do Segurado e do Segurador e até aos limites de capital estabelecidos nas Condições Particulares, a faculdade de orientação do processo, fornecendo-lhe todos os elementos e documentação úteis que possua;
 - K.** No caso de reparações que sejam urgentes deverá estabelecer contacto com o Segurador para acordar a atuação a seguir;
 - L.** Em caso de furto ou roubo, o Tomador do Seguro ou o Segurado obriga-se, a apresentar logo que possível queixa às autoridades competentes e promover todas as diligências ao seu alcance conducentes à descoberta dos objetos desaparecidos e dos autores do crime, comunicando ao Segurador a recuperação do todo ou de parte dos objetos furtados ou roubados;
2. O Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se ainda:
- A.** A não agravarem, voluntariamente, as consequências do sinistro, ou dificultarem, intencionalmente, o salvamento dos bens seguros;
 - B.** A não subtraírem, sonegarem, ocultarem ou alienarem os salvados;
 - C.** A não impedirem, dificultarem ou não colaborarem com o Segurador no apuramento da causa do sinistro ou na conservação, beneficiação ou venda de salvados;
 - D.** A não exagerarem, usando de má fé, o montante do dano ou indicarem coisas falsamente atingidas pelo sinistro;
 - E.** A não usarem de fraude, simulação, falsidade ou de quaisquer outros meios dolosos, bem como de documentos falsos para justificarem a reclamação.
3. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do n.º 1 determina, salvo o previsto no número seguinte:
- A.** A redução da prestação do Segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
 - B.** A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o Segurador.

4. No caso do incumprimento do previsto nas alíneas a) e c) do n.º 1, a sanção prevista no número anterior não é aplicável quando o Segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado à comunicação prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez;
5. O incumprimento do previsto nas demais alíneas do n.º 1 e no n.º 2 determina a responsabilidade por perdas e danos do incumpridor;
6. O Segurado obriga-se ainda a manter instalados e plenamente operacionais e em perfeito funcionamento os sistemas de prevenção e ou segurança dos riscos declarados na proposta de seguro. Em caso de incumprimentos aplicar-se-á o estipulado nas cláusulas 11ª e 12ª.

CLÁUSULA 31.ª

Obrigação de reembolso pelo Segurador das despesas havidas com o Afastamento e Mitigação do Sinistro

1. o Segurador paga ao Tomador do Seguro ou ao Segurado as despesas efectuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes;
2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo Segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o Tomador do Seguro ou o Segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro;
3. O valor devido pelo Segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato;
4. O acordo do Segurador à adoção de medidas de salvamento ou de afastamento e mitigação do sinistro não significa reconhecimento de cobertura do sinistro;
5. Em caso de seguro por valor inferior ao do interesse seguro ao tempo do sinistro, o pagamento a efetuar pelo Segurador nos termos do n.º 1 reduz-se na proporção do interesse coberto e dos interesses em risco, exceto se as despesas a pagar decorrerem do cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato de seguro;

CLÁUSULA 32.ª

Inspecção do Local de Risco

1. o Segurador pode mandar inspeccionar, por representante credenciado e mandatado, os bens seguros e verificar se são cumpridas as condições contratuais, obrigando-se o Tomador do Seguro ou o Segurado a fornecer as informações que lhe forem solicitadas;
2. A recusa injustificada do Tomador do Seguro ou do Segurado, ou de quem os represente, em permitir o uso da faculdade mencionada, confere ao Segurador o direito de proceder à resolução do contrato a título de justa causa, nos termos previstos da cláusula 22ª;

CLÁUSULA 33.ª

Obrigações do Segurador

1. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efectuados pelo Segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
2. o Segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação ou reconstrução, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à fixação do montante dos danos, sem prejuízo de pagamentos por conta, sempre que se reconheça que devem ter lugar;
3. o Segurador tem, porém, o direito de deduzir ao valor da prestação devida o valor dos créditos de prémios de que seja titular;
4. Decorridos trinta (30) dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação ou reconstrução, por causa não justificada ou que seja imputável ao Segurador, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respectivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação ou reconstrução;

Capítulo VII

Processamento da Indemnização ou da Reparação ou Reconstrução

CLÁUSULA 34.^a**Determinação do Valor da Indemnização ou da Reparação ou Reconstrução**

1. Em caso de sinistro, a avaliação dos danos, é efectuada entre o Segurado e o Segurador, ainda que o contrato produza efeitos a favor de terceiro;
2. Salvo convenção em contrário, o Segurador não indemniza o agravamento que possa advir no custo da reparação ou reconstrução dos imóveis seguros em consequência de alteração de alinhamento ou de modificações a fazer nas características da sua construção;
3. No caso de Responsabilidade Civil, o Segurador determinará directamente com o lesado a indemnização a que este tiver direito.
4. Tratando-se de construções feitas em terreno alheio, a indemnização do Segurador empregar-se-á directamente na reparação ou reconstrução do imóvel no mesmo terreno onde se encontrava, pagando os trabalhos à medida da sua execução até ao valor seguro;
5. Caso se verifique, à data do sinistro, insuficiência ou excesso de capital seguro, aplica-se o disposto na Cláusula 28.^a Insuficiência ou excesso de capital;
6. No caso de danos em objectos, o Segurador poderá, nos termos da Lei, mandar proceder à reconstituição natural ou substituição do objecto afectado;

CLÁUSULA 35.^a**Ónus da Prova**

Impende sobre o Tomador do Seguro e o Segurado o ónus da prova da veracidade da reclamação e do seu interesse legal nos bens seguros, podendo o Segurador exigir-lhe todos os meios de prova adequados e que estejam ao seu alcance.

CLÁUSULA 36.^a**Forma de Pagamento da Indemnização**

1. o Segurador paga a indemnização em dinheiro, sempre que a substituição, reposição, reparação ou reconstrução dos bens seguros, destruídos ou danificados, não seja possível, não repare integralmente os danos, ou seja excessivamente onerosa para o devedor;
2. Quando não se fixar uma indemnização em dinheiro, o Segurado deve, sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao Segurador, ou a quem este indicar, colaboração razoável, com vista a uma pronta reconstituição da situação anterior ao sinistro, a não ser que o Tomador do Seguro pretenda reconstituir o capital seguro, pagando o prémio complementar correspondente.

CLÁUSULA 37.^a**Redução Automática do Capital Seguro**

Salvo convenção em contrário, após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro fica, até ao vencimento do contrato de seguro, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, sem que haja lugar a estorno de prémio; pode, porém, o Tomador do Seguro reconstituir ou repor o capital seguro, pagando o prémio complementar correspondente, calculado em função do valor de capital a repor e do tempo a decorrer até ao termo da anuidade em curso.

CLÁUSULA 38.^a**Pagamento de Indemnizações a Titulares de Privilégios Creditórios ou de Outros Direitos sobre os Bens Objectos do Seguro, Ressalvados no Contrato**

1. Quando a indemnização for paga a credores hipotecários, pignoratícios ou outros em favor dos quais o seguro tiver sido feito, o Segurador poderá exigir-lhes, se assim o entender ainda que o contrato tenha sido por eles efectuado e em seu próprio benefício, que o pagamento se faça em termos que validamente permitam o distrato ou a exoneração da dívida na parte relativa ao valor indemnizado;
2. A faculdade referida no número anterior não constitui uma obrigação para o Segurador, nem implica para ela qualquer responsabilidade;

CLÁUSULA 39.^a**Franquias e outros Limites da Prestação do Segurador**

1. Nas condições gerais, facultativas ou particulares podem ser estabelecidas franquias ou outras previsões que limitem ou reduzam o valor da prestação a realizar pelo Segurador;
2. O valor correspondente à franquia, ou que resultar das referidas estipulações, fica a cargo do Tomador de Seguro, do Segurado ou do beneficiário, e, salvo convenção expressa em sentido diverso, é oponível a todos, partes do contrato ou terceiros beneficiários da prestação, sendo dedutíveis nos pagamentos a efectuar pelo Segurador;

Capítulo VIII

Disposições Diversas

CLÁUSULA 40.^a**Intervenção de Mediador de Seguros**

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do Segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes;
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do Segurador, o mediador de seguros ao qual o Segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes;
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do Seguro ou Segurado de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o Segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do Tomador do Seguro ou Segurado;

CLÁUSULA 41.^a**Comunicações e Notificações entre as Partes**

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas neste contrato de seguro consideram-se válidas e eficazes caso sejam efectuadas para a sede social do Segurador ou da filial, consoante o caso;
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do Segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por este contrato de seguro;
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro;

4. o Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato de seguro, considerando-se validamente efectuadas se remetidas para o respectivo endereço constante do contrato de seguro;

CLÁUSULA 45.^a **Foro**

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 42.^a **Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem**

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa;
2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt);
3. Em caso de divergência sobre a determinação das causas, circunstâncias e consequências do sinistro podem as partes cometer esse apuramento a peritos árbitros, nos termos e com os efeitos que resultem da convenção a estabelecer atento o disposto no artigo 50º do regime jurídico do contrato de seguro;
4. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efectuar nos termos da lei;

CLÁUSULA 43.^a **Sub-Rogação**

1. o Segurador, uma vez paga a indemnização, fica subrogada até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos do Segurado, contra terceiros responsáveis pelos prejuízos, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efectivar esses direitos;
2. O Segurado responderá por perda e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos;

CLÁUSULA 44.^a **Regime de CoSeguro**

Sendo o presente contrato estabelecido em regime de CoSeguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Uniforme de CoSeguro descrita nas condições particulares.

CONDIÇÕES FACULTATIVAS

Condição Facultativa 01

Danos por Água

1. Âmbito da Garantia

Garante os danos sofridos pelos bens seguros, de carácter súbito ou imprevisto, em consequência de ruptura, defeito, entupimento ou transbordamento da rede interior de distribuição de água e esgotos de edifício (incluindo nestes os sistemas de esgoto de águas pluviais) assim como dos aparelhos ou utensílios ligados à rede de distribuição de água e esgotos do mesmo edifício e respectivas ligações.

o Segurador indemnizará ainda as despesas efectuadas pelo Segurado referentes aos trabalhos de pesquisa de rupturas, defeitos ou entupimentos, e também, os gastos de reparação ou substituição de peças afectadas, no edifício ou fracção segura, desde que se verifique um sinistro de danos por água garantido por esta cobertura, de acordo com os limites fixados nas condições particulares.

Ficam ainda garantidos os danos provocados pelo congelamento da água nas tubagens, quando acontecer a rotura dessas tubagens, ainda que não cause danos por água, de acordo com os limites fixados nas condições particulares.

2. Exclusões Específicas

Para além das exclusões previstas na cláusula 4.^a, esta cobertura também não garante:

- Danos causados por fugas, escapes ou derrames que sejam consequência do mau estado notório de conservação das instalações cuja manutenção se ache ao cuidado do Tomador de Seguro ou Segurados ou que seja da sua responsabilidade, existindo vestígios claros e inequívocos de que esta se encontra deteriorada ou danificada, evidenciados por oxidação, infiltrações ou manchas;
- Danos provocados por instalações provisórias e ou que não obedeçam às regras técnicas de execução e montagem;
- Danos que sejam consequência de facto com origem fora do edifício;
- A reparação ou substituição dos equipamentos em que o sinistro tenha tido origem nomeadamente, os equipamentos sanitários e seus acessórios, caldeiras, acumuladores, esquentadores, radiadores, ar condicionado e, em geral, de qualquer aparelho ligado, incluindo electrodomésticos, a instalações fixas, salvo quando os danos resultem de causa externa aos mesmos que tenham dado origem a sinistro garantido por este contrato;
- Danos causados por torneiras deixadas abertas, salvo quando se tiver verificado uma falta de abastecimento de água comprovada pelos serviços abastecedores, ou decorrente da falta de energia eléctrica comprovada pelos respectivos serviços abastecedores;
- Danos causados por entrada de água das chuvas através de telhados, portas, janelas, clarabóias, terraços e marquises e ainda o refluxo de águas provenientes de canalizações ou esgotos não pertencentes ao edifício;
- Danos causados por infiltrações através de paredes e/ou tetos, humidade e/ou condensação excepto quando se trate de danos resultantes das coberturas contempladas nesta garantia;

Condição Facultativa 02

Quebra Acidental de Vidros, Mármore e Objectos de Vidro

1. Âmbito da garantia

1.1. Garante, até ao limite estabelecido nas Condições Gerais e Particulares, o pagamento do custo de reposição da quebra / fractura, ocorridos de forma súbita e acidental, em vidros com espessura igual ou superior a quatro (4) milímetros e superfície de pelo menos um metro (1) quadrado, que façam parte do capital seguro.

1.2. Para efeitos da presente garantia, não serão considerados como “Quebra”:

- Riscos, mossas, raspagens e outros defeitos meramente estéticos,
- Gretas e fissuras, que resultem de desgaste, antiguidade ou uso,
- Outras causas que originem simples deteriorações da superfície.

1.3. As garantias concedidas por esta cobertura não são cumulativas com qualquer outra concedida por este contrato e que garanta os mesmos bens e riscos.

2. Exclusões

2.1. Sempre que as Exclusões Gerais, ficam excluídos desta garantia quaisquer perdas ou danos resultantes:

- Da realização de obras no local de risco,
- Da inadequação do suporte dos bens seguros,

- De vício ou defeito de fabrico, de colocação, montagem ou desmontagem,
- Ocorridos no decurso de obras de construção, reparação, limpeza ou transformação do edifício/imóvel ou fração segura, onde se acha instalado o estabelecimento seguro.

2.2. Para além das exclusões acima referidas, o presente contrato, também não garante os danos causados:

- Em veículos automóveis,
- Em suportes, caixilhos ou molduras,
- Pela acção directa ou indirecta de uma fonte de calor,
- Em vidros e/ou espelhos que façam parte de lâmpadas e/ou de reclamos, assim como os sofridos por eletrodomésticos, objetos decorativos, cristais de ótica, aparelhos de imagem e som, fornos e placas de vidro cerâmico,
- Em lâmpadas de qualquer espécie,
- Em pintura de letras, decorações, grafitis e ou vinis publicitários,
- Em mármore, granito e outras pedras naturais e artificiais colocados nos solos, paredes ou tectos, tanto no interior como no exterior do edifício,
- Em cristais e vidros ociosos, tais como recipientes, garrafas, lâmpadas, candeeiros, vasos, copos, cinzeiros, componentes de aparelhos, adornos e outros bens similares,
- Em vidros ou espelhos de valor artístico, decorados ou com inscrições, vitrais e vidros ou espelhos suspensos.

Condição Facultativa 03

Perda de Rendas

1. Âmbito da Garantia

Nos termos desta condição Facultativa o Segurador garante ao Segurado na sua qualidade de senhorio, e até ao limite previsto nas condições particulares, mediante a apresentação de contrato de arrendamento válido e em vigor à data do sinistro, o pagamento do valor mensal das rendas que o edifício/fração segura lhe deixar de proporcionar em caso de sinistro abrangido pelas coberturas gerais deste contrato de seguro em consequência do qual resulte a caducidade do contrato pela perda total ou parcial do imóvel locado.

Esta garantia é válida pelo período considerado como necessário para a execução das obras de reposição do edifício/fração segura no estado anterior ao do sinistro não podendo, em caso algum, ultrapassar 12 rendas, com o valor que o Segurado efetivamente auferia antes da ocorrência do sinistro.

Segurando-se várias frações no mesmo contrato de seguro, o estipulado nesta cobertura aplica-se individualmente a cada fração.

Condição Facultativa 04

Acidentes Pessoais

1. Âmbito da Garantia

Nos termos desta condição Facultativa o Segurador garante às Pessoas Seguras, em consequência de acidente ocorrido dentro do edifício seguro, até aos limites fixados nas condições particulares, os riscos de:

- A.** Morte
- B.** Invalidez Permanente Total
- C.** Despesas de Funeral

2. Definições

2.1. Para efeitos desta garantia considera-se:

- Pessoa Segura – Os condóminos do edifício e seu agregado familiar.
- Agregado Familiar – O conjunto de pessoas que coabitam com o condómino em comunhão de mesa e habitação. Excluem-se quaisquer pessoas que exerçam atividade remunerada na habitação do SEGU-RADO. Excluem-se, todas as situações abrangidas por contrato de seguro de Acidentes de Trabalho.
- Acidente – Acontecimento fortuito, súbito e anormal, violento ou não, devido a causa exterior e estranha à vontade da Pessoa Segura e que nesta produza lesões corporais.
- Lesão Corporal – Ofensa que afete a saúde física e/ou também a própria sanidade mental da Pessoa Segura e que nela provoque um dano.

2.2. A presente cobertura só funcionará, em caso de Morte, quando esta sobrevenha imediatamente ao sinistro ou ocorra nos 90 dias contados a partir da data do sinistro.

2.2.1. A indemnização será paga aos beneficiários expressamente designados nas condições particulares.

2.3. A presente cobertura só funciona, em caso de Invalidez Permanente quando esta seja clinicamente constatada e sobrevenha no prazo de 90 dias contados a partir da data do sinistro.

2.3.1. A indemnização será paga à pessoa segura acidentada e será determinada com base na Tabela Nacional de Incapacidades.

2.4. A indemnização em caso de morte não é cumulável com a indemnização por Invalidez Permanente, quando ambas a situações resultem do mesmo acidente.

2.4.1. Se a morte ocorrer antes de ser liquidada uma Invalidez Permanente, os beneficiários terão apenas direito a receber o capital devido em caso de morte.

2.4.2. Se ocorrer depois de ter sido paga uma indemnização por Invalidez Permanente, esse quantitativo será reduzido do capital seguro, ficando os beneficiários com direito à diferença.

2.4.3. A verificação do risco de Invalidez Permanente Total faz caducar imediatamente a garantia de Morte.

3. Despesas de funeral – O SEGURADOR garante o reembolso até ao limite previsto nas condições particulares, das despesas de funeral, desde que devidamente comprovadas, de qualquer das Pessoas Seguras, vítimas de acidente

4. Em caso de acidente, o sinistrado fica obrigado a:

A. Cumprir as prescrições médicas;

B. Sujeitar-se a exame por médico designado pelo Segurador;

C. Autorizar os médicos a prestarem todas as informações solicitadas pelo Segurador.

5. Se do acidente resultar a Morte, deverá, em complemento da participação do acidente, ser enviada ao Segurador uma certidão de óbito e, quando considerados necessários, outros documentos elucidativos do acidente e das suas consequências.

6. Estão excluídos desta garantia os acidentes resultantes de:

A. Da utilização de veículos motorizados de 2 rodas;

B. De práticas desportivas com utilização de veículos motorizados;

C. De competições desportivas;

D. De alcoolismo ou uso de estupefacientes;

E. De crimes ou outros atos intencionais praticados pelo Segurado e/ou por Pessoas Seguras;

F. De suicídio e tentativas de suicídio.

7. O capital segura é fixado nas condições particulares, por edifício seguro, sendo rateado pelo número de pessoas seguras do edifício, não podendo, porém, exceder a quantia de 5.000,00 € por Pessoa Segura.

Condição Facultativa 05

Fenómenos Sísmicos

1. Âmbito da Garantia

Nos termos desta condição Facultativa, o Segurador garante os danos causados aos bens seguros em consequência da ação direta de tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos e fogo subterrâneo e ainda incêndio resultante destes fenómenos.

Considerar-se-ão como um único sinistro os fenómenos ocorridos dentro de um período de 72 horas após a constatação dos primeiros prejuízos verificados nos objetos seguros.

2. Exclusões

Além das exclusões mencionadas na Cláusula 4.^a das condições gerais do contrato de seguro, ficam excluídos desta cobertura:

- I.** Os danos já existentes à data do sinistro;
- II.** As construções de reconhecida fragilidade (tais como de madeira ou placas de plástico), assim como naquelas em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos, 50%, e ainda todos os objetos que se encontrem no interior das construções acima indicadas;
- III.** Os prédios desocupados total ou parcialmente e para demolição;
- IV.** Perdas ou danos nos bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, o edifício já se encontrava danificado, defeituoso, desmoronado ou deslocado das suas fundações, de modo a afetar a sua estabilidade ou segurança global;
- V.** Perdas ou danos pelas quais um terceiro, na sua qualidade de fornecedor, montador, construtor ou projetista, seja contratualmente responsável.

Condição Facultativa 06

Danos Eléctricos

1. Âmbito da Cobertura

Nos termos desta Condição Facultativa o Segurador garante os danos ou prejuízos causados a quaisquer instalações e aparelhos eléctricos e os seus acessórios, em virtude de efeitos directos da corrente eléctrica, nomeadamente sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela electricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio, sempre que a instalação eléctrica cumpra o estabelecido pelas normas e regulamentos legais vigentes.

2. Exclusões

Além das exclusões constantes na Cláusula 4.^a das condições gerais, consideram-se também excluídos desta cobertura os danos:

- I.** Devidos a desgaste pelo uso ou a qualquer deficiência de funcionamento mecânico;
- II.** Que estejam abrangidos pela garantia de fornecedor, fabricante ou instalador;
- III.** Resultantes de simples necessidade de operações de manutenção e danos provocados por erros ou falhas de manuseamento;
- IV.** Causados a fusíveis, resistências de aquecimento, lâmpadas de qualquer natureza, tubos catódicos dos componentes electrónicos, quando não causados por incêndio ou pela explosão de um objecto vizinho;

Condição Facultativa 07

Avaria de Máquinas

1. Âmbito da Cobertura

O Segurador garante, até ao limite dos capitais fixados, a reparação ou reposição das máquinas que pertençam ou estejam à responsabilidade do Segurado, quando estas sejam danificadas ou destruídas súbita e imprevistamente em consequência de:

- A.** Erros de manobra, imperícia ou negligência do Segurado ou de pessoa ao seu serviço;
- B.** Efeitos diretos de corrente elétrica, sobretensão e sobreintensidade, curto-circuito, formação de arcos e todos os outros fenómenos elétricos estando compreendidos os efeitos da eletricidade atmosférica;
- C.** Vibrações, maus ajustamentos ou desprendimentos de peças, cargas anormais, fadiga molecular, ação de força centrífuga, velocidade excessiva, lubrificação defeituosa, gripagem, choque hidráulico, aquecimento excessivo, falha ou defeito dos instrumentos de proteção, medida ou regulação;
- D.** Queda, choque, colisão ou introdução de corpos estranhos nos bens seguros;
- E.** Defeitos de projeto, de material, erros de construção ou de montagem, ficando apenas cobertos os danos ou prejuízos realmente sofridos e não os custos de retificação dos erros ou defeitos que originem o sinistro.

- 1.** A presente garantia só vigorará a partir do momento em que os bens seguros se encontrem em condições de funcionamento.

Consideram-se em condições de funcionamento após os testes e ensaios no local de montagem, mesmo que permaneçam paradas, e ainda durante a desmontagem para fins de limpeza, inspeção ou reparação, bem como no decorrer destas operações e consequente remontagem.

Salvo convenção em contrário, expressa nas Cobertura Facultativa do contrato de seguro, fica, estabelecido que em cada sinistro ao abrigo desta Condição Facultativa haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador liquidar, o valor da franquia declarada.

2. Exclusões

Além das exclusões gerais descritas na cláusula 4.^a das condições Gerais do contrato de seguro, ficam excluídos da presente garantia os danos:

I. Abrangidos pela Cláusula. 5.^a das condições gerais do contrato de seguro assim como os danos abrangidos por outras garantias complementares do presente contrato de seguro, que não estando contratadas, poderiam tê-lo sido expressamente;

II. Causados por defeitos, falta ou vício já existentes à data da contratação do seguro, tivesse ou não o Segurado conhecimento dos mesmos;

III. Em consequência de desgaste ou uso normal ou deterioração gradual devidos a condições atmosféricas ou influências de ordem química, térmica ou mecânica, ferrugem, corrosão, erosão, cavitação, incrustação e danos ou riscos em superfícies pintadas ou polidas;

IV. Ocorridos durante o desenvolvimento de sobrecargas intencionais ou quaisquer experiências ou ensaios que envolvam condições anormais de trabalho com exceção dos atos tendentes a verificar a correta laboração das máquinas ou dos respetivos dispositivos de segurança;

V. Sofridos em modelos de protótipos e por maquinaria móvel de qualquer tipo, no exterior do local de risco;

VI. Verificados em:

- Ferramentas permutáveis ou substituíveis, tais como brocas, cortantes, lâminas e folhas de serra;
- Formas, moldes, cunhos, matrizes, punções, revestimentos ou gravações em cilindros e rolos;
- Partes que pelo seu uso ou natureza, sofram elevada taxa de desgaste ou depreciação, nomeadamente superfícies para triturar ou fraturar materiais, crivos, peneiras, filtros, tubos flexíveis, juntas, cordas, esteiras, correias de transmissão, telas transportadoras ou elevadoras, cabos que não sejam condutores elétricos, escovas, baterias, pneus, e materiais refratários;
- Catalisadores e produtos inerentes à laboração, nomeadamente combustíveis, produtos químicos, substâncias de filtração, produtos de limpeza e lubrificantes, com exceção dos materiais isolantes dos equipamentos elétricos.

VII. Verificados por desenvolvimento lento de deformações, distorções, fendas, fraturas, bolhas, laminação, rachas, ranhuras ou retificação de juntas ou outras

uniões defeituosas, salvo se estes defeitos resultarem em avaria coberta pela presente cobertura;

VIII. Pelos quais os fabricantes, montadores ou fornecedores das máquinas ou instalações sejam legal ou contratualmente responsáveis, a não ser que aqueles declinem a sua responsabilidade e a causa da avaria caiba no âmbito desta cobertura, ficando neste caso, o Segurador com direito de regresso contra esses fabricantes ou fornecedores.

Não são também indemnizáveis por esta cobertura os custos suplementares com quaisquer modificações, melhorias ou revisões ordenadas pelo Segurado no decurso de uma reparação resultante desse risco coberto.

Salvo convenção expressa nas condições particulares, o Segurador não responderá, ainda, pelos danos verificados quando as máquinas e/ou equipamentos seguros tenham, à data do sinistro, mais de 10 anos de existência,.

3. Disposições Diversas

- Bens Seguros

A presente cobertura apenas garantirá as máquinas cuja classe, marca, modelo, ano de fabrico e valor estejam mencionadas na descrição da rubrica " Avaria de Máquinas".

- Valor Seguro

O valor a segurar, fixado para cada uma das máquinas abrangidas por esta cobertura, não deve ser inferior ao seu valor de substituição por outro bem em novo, com idênticas características, capacidade e rendimento, acrescido das despesas com fretes, montagem, impostos e direitos, alfandegários, se os houver e em geral qualquer despesa que incida sobre o dito valor.

- Determinação dos Prejuízos

- a.** Em caso de destruição total da máquina, o Segurador prestará uma indemnização correspondente ao valor que ela tinha à data do sinistro,
- b.** Para os efeitos da alínea anterior, entende-se por valor à data do sinistro o valor de compra, em novo, na mesma data, de uma máquina com idênticas características e rendimento, acrescido das despesas de montagem, fretes normais e direitos alfandegários, deduzindo-se, no entanto, o valor relativo à depreciação natural sofrida pela máquina.

Condições Particulares

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
A. Riscos Principais		
a.1. Incêndio, Ação Mecânica de Queda de Raio e Explosão	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
a.2. Tempestades	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
a.3. Inundações	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
a.4. Aluimento de Terras	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
B. Riscos Acessórios		
b.1. Fumo	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.2. Derrame de Sistemas Hidraulicos de Proteção Contra Incêndios	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.3. Queda de Aeronaves	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.4. Impacto	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.5. Ondas Sónicas	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.6. Danos em Bens Móveis Pertença do Condomínio	0,2% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.7. Queda Acidental em Móveis Fixos	2% do capital seguro, máximo de 10.000€	Sem Franquia ^f
b.8. Quebra ou Queda de Antenas	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.9. Quebra ou Queda de Painéis Solares	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.10. Reconstituição de Documentos	1% do capital seguro, máximo de 5.000€	Sem Franquia ^f
b.11. Demolição e Remoção de Escombros	15% do valor indemnizável	Sem Franquia ^f
b.12. Despesas de Documentação	2% do capital seguro, máx. 10.000€	Sem Franquia ^f
b.13. Honorários de Peritos	2% do capital seguro, máx. 10.000€	Sem Franquia ^f
b.14. Danos Estéticos	2% do capital seguro, máx. 5.000€	Sem Franquia ^f
b.15. Derrame de Combustível de Instalação de Aquecimento	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.16. Actos de Vandalismo ou Maliciosos	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.17. Greves, Tumultos e Alterações de Ordem Pública	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.18. Danos Causados ao Imóvel por Furto ou Roubo	100% do capital seguro	Sem Franquia ^f
b.19. Responsabilidade Civil Extra-Contratual	Até 125.000€	Sem Franquia ^f

b.25. Assistência Ao Condomínio		
<i>Envio de Profissionais</i>	Ilimitado	Sem Franquia ^F
<i>Vigilância do Local</i>	500 €	Sem Franquia ^F
<i>Transporte de Sinistrados</i>	2.500 €	Sem Franquia ^F
<i>Regresso Antecipado por Inabitabilidade da Residência</i>	100% do Custo de um bilhete de comboio ou avião em classe turística (se o trajecto ferroviário for de duração superior a 5 horas)	Sem Franquia ^F
<i>Apoio Jurídico em Caso de Roubo</i>	Ilimitado	Sem Franquia ^F
<i>Substituição de Fechaduras</i>	100 € por sinistro e anuidade	Sem Franquia ^F
<i>Transmissão de Mensagens Urgentes</i>	Ilimitados	Sem Franquia ^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 01 – DANOS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Danos por Água	100% do capital seguro	<p>Edifícios que, à data do sinistro, tenham 10 anos de idade de construção original: 5% por Sinistro no mínimo de 125€</p> <p>Edifícios que, à data do sinistro, tenham entre 11 e 25 anos de idade de construção original: 10% por Sinistro no mínimo de 500 €</p> <p>Edifícios que, à data do sinistro, tenham mais de 25 anos de idade de construção original: 10% por Sinistro no mínimo de 750 €</p>
Gastos de Reparação ou Substituição de Peças Afetadas	500€	Sem Franquia^F
Trabalhos de Pesquisa	100% das despesas, máx. 2.500€ em 1.º risco	Sem Franquia

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 02 – QUEBRA ACIDENTAL DE VIDROS, MÁRMORES E OBJETOS DE VIDRO

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Quebra Acidental de Vidros, Mármore e Objetos de Vidro	1% Capital seguro Edifício/imóvel, max. 2.500,00 € por sinistro e anuidade em 1.º risco	Sem Franquia^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 03 – PERDA DE RENDAS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Perda de Rendas	Valor das rendas seguras, com limite máximo de 12 meses	Sem Franquia ^F

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 04 – ACIDENTES PESSÓAIS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Morte ou Invalidez Permanente	100% com limite de 5.000€ por pessoa	Sem Franquia ^F
Despesas de Funeral	750€	Sem Franquia ^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA – 05 FENÓMENOS SÍSMICOS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Fenómenos Sísmicos	100% do capital seguro	5% sobre o capital seguro por local de risco ^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA – 06 DANOS ELÉTRICOS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Danos Elétricos	100% do capital seguro	Sem Franquia ^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 07 – AVARIA DE MÁQUINAS

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Avaria de Máquinas	100% do capital seguro	2% do valor da máquina, com o mínimo de 500€

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS PELA CONDIÇÃO FACULTATIVA 08 – ASSISTÊNCIA AO CONDOMÍNIO TELEFONE A CONTACTAR PARA OBTER O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA 213 860 035

Coberturas	Limites de Indemnização	Franquia
Envio de Profissionais	Ilimitado	Sem Franquia ^F
Vigilância do Local	500€	Sem Franquia ^F
Transporte de Sinistrados	2.500€	Sem Franquia ^F
Regresso Antecipado por Inabitabilidade da Residência	100% do custo de um bilhete de comboio ou avião em classe turística (se o trajeto ferroviário for de duração superior a 5 horas).	Sem Franquia ^F
Apoio Jurídico em Caso de Roubo	Ilimitado	Sem Franquia ^F
Substituição de Fechaduras	100€ por sinistro e anuidade	Sem Franquia ^F
Transmissão de Mensagens Urgentes	Ilimitado	Sem Franquia ^F

^F- Salvo se expresso em contrário em condição particular do contrato de seguro



Generali – Companhia de Seguros S.A.

Sede: Rua Duque de Palmela, n.º 11

1269-270 Lisboa

Tel.: 213 112 800

Email: generalil@generali.pt

generali.pt

Relatório sobre a solvência e a situação financeira

O relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Generali – Companhia de Seguros S.A. está publicado na internet em **www.generali.pt**

Linha de Apoio ao Cliente: 213 504 300

Disponível de 2.ª a 6.ª das 9h00 às 18h00

Entre as 18h00 e as 9h00 estão ativos serviços de Assistência em Viagem e Assistência ao Lar.